



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA VINTE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (20-02-2017)

No dia vinte de fevereiro, na Câmara Municipal de Mariana, às dez horas e doze minutos, as comissões de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Marcelo Macedo; Vice-Presidente: Daniely Cristina Alves; Vogal: Deyvson Ribeiro) e a de Educação, Saúde, Assistência Social, Esportes e Lazer (Presidente: Geraldo Sales; Vice-Presidente: José Jarbas; Vogal: João Bosco) se reuniram para apreciação de projetos. Convidados: Crovymara Elias Batalha – tema: situação das escolas estaduais situadas em Mariana (atendendo requerimento do vereador João Bosco); Secretários de Defesa Social, Sr. Brás; Administração, Sr. Ênio - tema: transporte público (atendendo requerimento oral dos vereadores José Jarbas, Deyvson e Geraldo Sales); Secretário de Desenvolvimento Social, Dr. Juliano, e Procuradora Adjunta, Sra. Josiris – tema: Prédios Populares (atendendo requerimento oral da vereadora Daniely). O vereador João Bosco perguntou à Crovymara como está a situação das escolas estaduais do município. Sra. Crovymara disse que o governo estadual anterior deixou uma dívida muito grande no estado. Ela disse que recebeu o estado sucateado e está entrando o ano com muitas dificuldades, está pagando dívidas atrasadas. Em relação às escolas estaduais do município, há alguns termos firmados para obras nas escolas, a mais polêmica é a da escola Doutor Gomes Freire, a obra foi paralisada por erros da empresa construtora. Há três verbas, duas licitadas em torno de setecentos mil reais aguardando apenas liberação financeira. A superintendente Crovymara descreveu as obras com termos de compromisso com as escolas estaduais nos distritos e na cidade, há em torno de 90% com termos de compromissos em diversos estágios. Apenas em Santa Rita Durão e Águas Claras que não há escola estadual, praticamente em todos os distritos de Mariana existe uma escola estadual. Em Mariana, neste ano, será instalado um polo de integração da educação integrada na escola estadual Santa Godoy. A superintendente disse que muitos recursos são advindos das subvenções de deputados estaduais que vêm aos poucos. Sra. Crovymara pediu apoio aos vereadores, aos poderes municipais para cobrarem do governo estadual agilidade nos processos licitatórios e na liberação do orçamento e acrescentou que as escolas estaduais estão recebendo contingentes de estudantes de escolas particulares devido à crise atual de desemprego. O vereador Deyvson perguntou se há possibilidade de implantar a EJA em Santa Rita Durão. Sra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Crovymara disse que deve haver primeiramente uma demanda e acrescentou que dará um retorno ainda este ano. O vereador Marcelo pediu à superintendente para comentar o projeto que destina doze mil reais à escola de Cabanas. A superintendente assinalou que o estado não pode receber dinheiro do município, apenas através de doações de materiais. O vereador Marcelo pediu ao presidente que enviasse um ofício ao executivo para tomar providências a respeito do projeto de doze mil reais, já que o estado não pode receber dinheiro, seria algo ilegal. O vereador João Bosco relatou problemas estruturais na escola estadual de Furquim e disse que pedirá ao executivo para fazer um paliativo na escola. O vereador agradeceu a presença da Sra. Crovymara e pelos trabalhos que ela tem feito. O vereador Geraldo Sales disse que será enviado um ofício ao executivo para que antes de ser firmado o convênio entre estado e município se atente à questão dos doze mil reais. A superintendente Crovymara agradeceu e se colocou à disposição por receber as demandas. Em seguida, o vereador João Bosco leu a ata de reunião de comissão realizada no dia treze de fevereiro do presente ano. A ata foi aprovada pelas comissões. Adiante, a vereadora Daniely perguntou ao secretário de desenvolvimento social, Sr. Juliano, quais os problemas em relação a construção da moradia popular em Morada do Sol e Santa Clara, moradias que são uma expectativa da população interessada. A vereadora disse que é preciso dar uma satisfação à população já que há dinheiro público paralisado. A empresa deveria ter concluído a obra e agora foi informada de que a obra seria concluída pela secretaria de obras. A vereadora quis saber quais as pendências; se a empresa deixou de cumprir o contrato; quais as penalidades sofridas pela empresa; quais as etapas finais da construção; qual a parceria entre a secretaria de obras e de assistência social e quando será a entrega das obras. O secretário Juliano disse que a parte da empresa está praticamente construída, as obras do entorno não compreendiam no contrato. A infraestrutura externa poderá ser feita pela secretaria de obras ou por algum financeiro da secretaria de desenvolvimento social. Há uma dificuldade financeira que esbarra a entrega das moradias o mais rápido possível. O secretário disse que há muitas famílias que estão no aluguel social. Sr. Juliano disse que há mais duas questões que a prefeitura se esbarra: ação de desapropriação do terreno e o pedido de mandato da imissão de posse da área. Sem essa imissão, a CEMIG não aceita a eletrificação. Essa imissão depende da liberação do poder judiciário para em seguida a prefeitura continuar as obras e entregar os apartamentos. O secretário assinalou que as famílias serão colocadas nos apartamentos a partir de critérios. A vereadora Daniely lembrou as seis ou oito famílias que moravam em



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

barracos antes da construção do prédio em Santa Clara. Foi prometido a essas famílias que seriam as primeiras a receberem os apartamentos. A vereadora pediu para que a secretaria de assistência social se atentasse ao fato. O secretário disse que as primeiras pessoas a serem atendidas serão as que vivem no aluguel social, provavelmente essas famílias estão nessa situação. O secretário também ressaltou a questão de famílias numerosas que não irão caber nos apartamentos populares e outros problemas de ordem familiar. Para essas famílias numerosas deverá ser pensado em um modo delas morarem em casa. O secretário disse que a assistência considerará as famílias de acordo com o grau de vulnerabilidade. A vereadora Daniely pediu que os critérios para seleção das famílias sejam respeitados, que não haja politicagem. O secretário Juliano disse que a sua vontade é de entregar as moradias até abril, mas tudo dependerá do jurídico e de uma outra secretaria envolvida. A vereadora perguntou se há dinheiro reservado para o término das obras. O secretário disse que ainda não, mas que com o zelo da administração, com um plano de ação será possível a conclusão da obra. O vereador Marcelo ressaltou a importância de ser justo com as famílias que estavam no local antes da construção dos prédios populares e quis saber se há algum cadastro dessas famílias na secretaria, se tiver, que seja enviado à Casa. O vereador aconselhou o secretário de se ter uma pessoa para fiscalizar as obras dos prédios e que identifique essa pessoa à Casa. O vereador Marcelo pediu informações sobre o aluguel social, quantidade de família beneficiadas. Ainda, o vereador quis saber se há um vigia nos prédios populares e sugeriu à vereadora Daniely e ao vereador Deyvson uma visita técnica a esses prédios solicitando que o secretário e uma pessoa que faz medições os acompanhem. O secretário Juliano disse que foi pedido um vigia à secretaria de defesa social além da ronda da Guarda Municipal. O secretário disse que serão estabelecidos critérios para ocupação dos prédios. O vereador Marcelo alertou para que depois de colocar as pessoas nos prédios que haja uma fiscalização para que ninguém venda ou alugue o apartamento a terceiros. O vereador Geraldo sugeriu aos secretários e ao executivo que pensem em projetos sobre orientação familiar. Em relação ao transporte público, o vereador Geraldo ressaltou que o sistema está irregular e não a empresa Transcotta, a qual tem um contrato com o município. O vereador Deyvson disse que há muitas reclamações sobre a empresa, ele quis saber o motivo do corte de linhas para Passagem, sobre a situação da empresa na cidade e o táxi lotação, o que seria uma outra alternativa de transporte para a população. Muitos motoristas estão trabalhando irregularmente e muitos deles reclamam de perseguição por parte da Guarda



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Municipal. Ainda, o vereador quis saber os impostos que a empresa Transcotta para o município e até onde a guarda pode multar. O secretário Ênio disse que o processo licitatório de transporte público tem sido resolvido na justiça e acrescentou que não há previsão para o problema ser resolvido. O secretário esclareceu que a empresa Transcotta suspendeu o reforço de ônibus para Passagem, pois não havia demanda, essa decisão é de responsabilidade da empresa. O secretário disse que haverá uma reunião com a Transcotta e com a comunidade de Passagem para resolver o mal-entendido. Em relação ao táxi lotação, Sr. Ênio disse que é preciso realizar um processo licitatório, é necessária uma pesquisa de viabilidade do transporte, essa pesquisa deve ser feita por uma empresa especializada, pois o município não tem essa capacidade técnica. O secretário apresentou o contrato do município com a Transcotta. O vereador Marcelo assinalou que a empresa não pode suspender uma linha sem uma justificativa, uma linha compensa outra. É preciso que o município fiscalize isso também não apenas o táxi lotação, em que muitos motoristas encontram um meio de subsistência. Além disso, é preciso que a empresa seja fiscalizada diariamente. O vereador quis saber sobre os impostos repassados pela empresa ao município e ressaltou que falta vontade política para resolver o processo licitatório. O vereador questionou o valor que a prefeitura gasta com vale transporte e pediu que as informações dos questionamentos sejam enviadas à Casa. A vereadora Daniely afirmou que cabe ao poder público fiscalizar o transporte público de Mariana, há uma passagem muito cara, muitos ônibus são emplacados em outras cidades, é preciso exigir que seja emplacado na cidade em que atua. A vereadora assinalou que a empresa Transcotta não tem prejuízo nenhum, o bairro Cabanas compensa qualquer tipo de prejuízo que a empresa possa ter. Ela questionou a falta de reforços em Cabanas e disse que usa carro clandestino, porque não é digno andar num ônibus lotado e com a passagem tão cara. O secretário Ênio pediu aos vereadores que envie um ofício ao Tribunal de Contas para tentar solucionar o problema do processo licitatório do transporte. Ainda, o secretário disse que pediu um relatório da empresa Transcotta demonstrando se há demanda ou não em relação a linha de Passagem. O secretário disse que através de um recadastramento foi possível reduzir em mais de 50% o gasto com vale transporte para servidores. Adiante, o secretário afirmou que a Câmara isentou a empresa de pagar o ISS através de projeto de lei de 2013. O vereador Geraldo disse que o processo licitatório solucionará o problema e que essa isenção ocorreu na época em que as cidades incentivou a redução do imposto porque a população estava reclamando do aumento do preço da passagem. Ainda, o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

disse que provavelmente através da homologação da licitação esse projeto de isenção de impostos caía. O vereador Marcelo pediu informações da concessão do vale transporte dos anos de 2013 até o presente momento, demonstrando a economia feita pela secretaria. O vereador Geraldo justificou a ausência do vereador José Jarbas. O vereador desejou a realização do processo licitatório o mais rápido possível. O vereador Marcelo pediu que todo o processo licitatório do transporte público seja enviado à Casa e disse que cobrará do executivo um projeto que revogue o projeto de lei de 2013. Em seguida, o vereador Deyvson pediu ao Secretário Brás que diminua a fiscalização do transporte clandestino até que seja regularizado, muitos motoristas estão com muitas multas, é preciso saber até onde os guardas podem fazer isso. O secretário Brás esclareceu que transporte público é de competência do município, caso haja algum problema com o cidadão dentro da empresa prestadora do serviço a responsabilidade é dela e anualmente é feito recadastramento dos táxis. O secretário disse que não era contra o táxi lotação, mas desde que o serviço seja necessário e regularizado. Ainda, Sr. Brás afirmou que o Ministério Público tem acionado o município por causa desse tipo de transporte. O secretário comentou as notificações ocorridas, muitos são endereçadas a reincidentes e acrescentou que os guardas são orientados a cumprir o código de segurança nacional brasileiro caso não haja desacato ou resistência. O secretário se colocou à disposição de todos e afirmou que continuará a ser feita a fiscalização. O vereador Marcelo pediu ao secretário que haja o mesmo rigor na fiscalização para a Transcotta. O vereador Deyvson disse que uma fiscalização anual é insuficiente e que é uma obrigação a emplacação ser feita em Mariana. É importante fiscalizar mesmo, verificar se a manutenção está em dia. O vereador Geraldo Sales sugeriu que fosse indicado pelo menos três pessoas dentre o grupo de motorista de táxi lotação para conversar com o Brás depois da reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas e cinquenta e quatro minutos. E para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada pelas comissões presentes será assinada.